



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca dos recursos previstos no Orçamento 2020 para o Programa Minha Casa Minha Vida”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca dos recursos previstos no Orçamento 2020 para o Programa Minha Casa Minha Vida, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o valor previsto no Orçamento 2020 para a continuidade do Programa Minha Casa Minha Vida?
- b) Os recursos previstos estão reservados para pagamento de novos contratos firmados em 2019/2020 ou para pagamentos de dívidas anteriores?

JUSTIFICAÇÃO

Estudo feito pela FGV, para o CBIC e Sinduscon, para avaliar o impacto da contratação de 3,5 milhões de moradias pelo MCMV, entre outubro de 2009 e junho de 2014, concluiu que 1,7 milhão de empregos foram criados – 70% dos quais, empregos diretos. Ainda segundo esse estudo, retornaram aos cofres públicos, na forma de tributos, 49% do total dos subsídios desembolsados.



A situação econômica que o país vive hoje é muito mais grave do que quando o MCMV foi lançado em 2009. A retomada do programa representaria importante incentivo ao crescimento econômico e à geração de empregos, além de atender as famílias que mais precisam de moradia. Parece que atender a população pobre e gerar empregos de qualidade não está na agenda prioritária do governo.

O governo Bolsonaro vem prometendo fazer alterações no MCMV desde o início do ano de 2019. As informações sobre as linhas gerais das mudanças, que o próprio governo tem divulgado até o momento, são desalentadoras, mesmo sendo parciais.

As famílias da faixa1 já perceberam que o fim do Programa Minha Casa Minha Vida já se tornou realidade. Enquanto a média de contratação dos governos anteriores de Lula e Dilma nessa faixa foi de 247 mil unidades por ano, durante o governo Temer foram 66 mil unidades por ano e no atual governo nenhuma unidade foi contratada, nem mesmo os projetos dos movimentos de habitação selecionados em 2018.

A proposta que vem sendo anunciada é de atendimento por voucher para aquisição de moradia, reforma e autoconstrução com recursos do Orçamento Geral da União para famílias com renda mensal de até R\$ 1,2 mil. O grande argumento para essa mudança é que as famílias teriam maior flexibilidade para escolher a casa de seu interesse, que o MCMV não permitiria.

A política de voucher implica em menor impacto na cadeia produtiva da construção civil, logo perde-se um dos fatores mais positivos do MCMV: a grande criação de empregos. Já há críticas do setor ao programa, por deixar de fora as empresas de construção civil.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Economia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC